

TRANSITIVIDADE(S): DA PALAVRA AO SISTEMA

Gesieny Laurett Neves DAMASCENO¹
Jhonathan Leno Reis França SANTANA²
Violeta Virginia RODRIGUES³

Resumo: A fim de que se possa obter uma visão do estado da arte na investigação de fenômenos linguísticos, torna-se significativa a prática de revisão dos principais empreendimentos acerca de um dado fenômeno. Nesse sentido, o presente texto realiza a síntese e a análise de importantes estudos linguísticos – dos vieses tradicional, formalista e funcionalista – na abordagem da transitividade. Para isso, operamos um recorte teórico que recobre o Paradigma Tradicional de Gramatização (VIEIRA, 2018), o modelo de descrição formalista (TESNIÈRE, 1965; BORBA, 1996) e os modelos de descrição funcionalista da escola norte-americana (HOPPER; THOMPSON, 1980; GIVÓN, 1984) e da escola britânica (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004; 2014). O objetivo central deste trabalho é comparar as diferentes perspectivas teóricas, focalizando as continuidades e rupturas verificadas no percurso epistemológico do objeto. A constatação dessas relações pode elucidar as possíveis causas das limitações da linguística descritiva no tratamento de determinados fenômenos, como a que se encontra atrelada ao próprio conceito de transitividade.

Palavras-chave: transitividade; gramática tradicional; formalismo; funcionalismo.

Abstract: Review of the main studies about a given phenomenon plays significant role in providing view of the state of the art in linguistic phenomena investigations. Thus, the general aim of the current study is to synthesize and analyze some of the representative linguistic studies – based on traditional, formalist and functionalist biases – focused on approaching Transitivity. In order to do so, the herein adopted theoretical framework comprised the Traditional Grammatization Paradigm (VIEIRA, 2018), the generativist description model (TESNIÈRE, 1965; BORBA, 1996) and the functionalist description models adopted by North American (HOPPER; THOMPSON, 1980; GIVÓN, 1984) and British schools (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004; 2014). The main aim of the present research is to compare different theoretical perspectives, with emphasis on continuities and ruptures observed in the epistemological course of the investigated topic. Identifying these relationships can help better understanding the likely causes of limitations faced by descriptive linguistics in treating phenomena, such as the one that is linked to the very concept of transitivity.

Keywords: transitivity; traditional grammar; formalism; functionalism.

Introdução

A Gramática, como campo do saber, foi uma disciplina que se originou durante a Grécia helenística, a partir dos esforços dos filólogos alexandrinos, com destaque para

¹ E-mail: gesieny@yahoo.com.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6556-9968>. Universidade Federal do Espírito Santo.

² Email: ly_leno@hotmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-3315-5292>. Universidade Federal do Espírito Santo.

³ Email: violetarodrigues@uol.com.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1789-5675>. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Dionísio, o Trácio, e Apolônio Díscolo. A escola filológica de Alexandria, fundamentada na metafísica das substâncias e qualidades desenvolvida por Aristóteles, legou à posteridade um modelo sistematizado de análise linguística, que compreendeu o discurso (*logos*) como a convergência harmoniosa de categorias do pensamento (lógicas) realizadas por unidades linguísticas que o comporiam, as partes do discurso (NEVES, 2005).

A abordagem alexandrina enfatizou principalmente o estudo morfológico, embora Apolônio Díscolo tenha enveredado por aspectos relativos à sintaxe. Entretanto, foram os filólogos e gramáticos romanos os responsáveis por expandir efetivamente o modelo gramatical alexandrino para recobrir fatos sintáticos. Foram também os romanos os responsáveis pela consolidação, legitimação e difusão desse modelo por toda a Europa e por terras consideradas longínquas, dada a extensão do Império.

A historiografia linguística (VIEIRA, 2018) revela que foi Prisciano o responsável por fundamentar definitivamente o modelo de análise sintática que subjaz às diferentes doutrinas situadas no Paradigma Tradicional de Gramatização (PTG), tendo sido também o responsável pela introdução do conceito de transitividade nos estudos gramaticais, em sua obra *Institutiones grammaticae* (KRISTEVA, 1969). Contudo, nesse primeiro momento, o conceito de transitividade é bastante distinto do que encontraremos nas gramáticas normativas que circulam na atualidade, já que, na concepção desse gramático latino, notamos a prevalência semântico-discursiva na compreensão do fenômeno.

Tomando como ponto de partida um breve percurso epistemológico do objeto em análise – a transitividade –, o objetivo estabelecido neste artigo é o de realizar uma revisão de algumas das principais concepções acerca do objeto, desde sua gênese até os dias mais atuais, fornecendo uma visão do percurso epistemológico do objeto em três diferentes paradigmas, a saber: (i) o Paradigma Tradicional de Gramatização (PTG); (ii) o modelo formalista; e (iii) o modelo funcionalista. Focalizam-se, no eixo epistemológico, as continuidades e rupturas, e no eixo teórico-metodológico, o potencial analítico-descritivo das diferentes perspectivas em discussão. Este artigo endossa outros trabalhos que já fizeram um percurso parecido, como Swander e Santos (2004), Rocha e Amorim (2008), Furtado da Cunha e Silva (2018) e Carreiro e Sousa (2020). A contribuição que ora se apresenta justifica-se, dentre outros aspectos, pelo fato de ter avançado no que diz respeito à abrangência do fenômeno, visto que incorpora à sua resenha as concepções formalista e sistemicista, por exemplo, além de discutir as diferenças de tratamento dentro de um mesmo paradigma linguístico.

Em que pese a afirmação da Linguística como campo do saber científico autônomo distinto do saber gramatical tradicional, observa-se, entretanto, que muitos conceitos e parte significativa da terminologia da gramática lógico-filosófica foi e continua sendo utilizada pelos linguistas (BORGES NETO, 2012). Julgamos que não se trata de um uso neutro de uma terminologia gramatical já canonizada. Ao contrário, a permanência de fenômenos, como o da transitividade, na agenda investigativa da linguística descritiva pode se configurar em um indício de continuidade, ainda que relativamente fraca, entre a teoria tradicional e diferentes teorias linguísticas. Consequentemente, uma revisão crítica de alguns dos principais trabalhos na literatura sobre transitividade é de extrema importância para que a descrição linguística possa avançar no tratamento de problemas ainda não solucionados no âmbito de cada perspectiva. Julgamos que tal exame, ao descortinar as semelhanças e diferenças entre as diferentes abordagens, orienta a reflexão teórica para a apresentação de alternativas potencialmente mais abrangentes para a descrição do fenômeno.

A transitividade e o Paradigma Tradicional de Gramatização (PTG)

A compreensão acerca da transitividade defendida pela tradição gramatical brasileira sustenta-se em postulados logicistas platônico-aristotélicos, herdados pelos primeiros gramáticos alexandrinos, com destaque para Dionísio, o Trácio, e Apolônio Díscolo, recebendo posterior tratamento dos gramáticos latinos, dentre esses, Prisciano, responsável pela introdução do conceito de transitividade nos estudos gramaticais em sua obra *Institutiones grammaticae* (KRISTEVA, 1969). Na concepção desse gramático latino, notamos a prevalência semântico-discursiva no que tange à compreensão do fenômeno, embora considerações morfossintáticas de menor proeminência sejam feitas.

Identificamos, na obra de Prisciano, dois conceitos de grande importância para sua teoria: o conceito de oração perfeita, definido como um conjunto de vocábulos que necessitam de complemento a fim de que possam atingir um valor veritativo e de plenitude proposicional (em termos lógicos), e o conceito de transitividade, explicado por Kristeva (1969, p. 133) nos seguintes termos: “há construção intransitiva quando diz respeito à pessoa falante, transitiva quando a ação passa para outra pessoa, e absoluta quando o verbo não precisa de nenhum caso oblíquo”.

Para Prisciano, o conceito de transitividade desdobrava-se em três subconceitos, sendo que os dois primeiros apresentam caráter lógico-referencial, pois remontam à ideia aristotélica de que as partes do discurso refletem as coisas do mundo real, no caso, a pessoa a quem se dirige a proposição (pessoa entendida como a substância da proposição) e o afetamento de uma substância por outra, e o terceiro subconceito é de caráter morfossintático, pois se refere a uma oração em que o verbo não precisa de complementos (para utilizar um termo contemporâneo), representados pelos casos acusativo, ablativo, genitivo e dativo. Seria o caso de orações como *chove*, *amanhece*, em que se diz atualmente que o verbo nelas empregado é *impessoal*.

A importância do conceito de transitividade desenvolvido por Prisciano, quando mensurada sua influência nas gramáticas normativas que se produziram até os dias atuais, é inegável, embora tenha sofrido algumas modificações nos séculos seguintes à sua gênese. Entretanto, o conceito de transitividade que prevalece na doutrina gramatical tradicional é oriundo dos posicionamentos da gramática de *Port Royal*, de Arnauld e Lancelot ([1660] 1992) e, por isso, embora preserve a matriz de transferência de uma ação de um Agente para um Paciente, atribuída desde o princípio a esse fenômeno, apresenta um caráter lógico-semântico que remonta à divisão aristotélica das partes do discurso e que considera a transitividade uma propriedade dos verbos em sua relação com seus complementos.

Por outro lado, o Paradigma Tradicional de Gramatização (PTG) (VIEIRA, 2018), termo que se refere à gramática normativa como um campo de estudos da linguagem historicamente legitimado, embora partilhe, nas diferentes gramáticas autorais, dos mesmos postulados e axiomas herdados do período helenístico (entre o século III e II a.C.), apresenta imprecisões e inconsistências conceituais. Esses pontos de divergência entre os vários autores da tradição revelam a impossibilidade de se afirmar que o conhecimento que regula a doutrina resulte em homogeneidade na compreensão dos temas. Tais imprecisões e inconsistências conceituais também permeiam o tratamento dispensado à transitividade pelo paradigma tradicional, podendo ser encontradas definições bastante confusas nas obras que assumem esse viés teórico. Todavia, os ensinamentos oriundos da perspectiva teórica tradicional apresentam um *status* privilegiado, estando a serviço do controle social que as elites simbólicas do poder exercem (DIJK, 2015) – o que faz com que esse tipo de gramática sirva como parâmetro do uso modelar da língua.

Segundo Vieira (2018, p. 7), o PTG “não conhece inovação substancial desde que foi consolidado pelos gramáticos romanos Donato e Prisciano, nos séculos IV e VI d.C., respectivamente”. Portanto, segundo esse pesquisador, há um evidente esgotamento desse paradigma teórico quanto ao tratamento de muitos dos problemas que hodiernamente a ciência linguística busca responder, dentre os quais está o da transitividade.

Podemos delinear dois aspectos comuns entre os estudos gramaticais greco-latinos e os praticados pelas gramáticas brasileiras de viés tradicional: (i) sistematização de modelos de bom uso da língua a fim de preservar a pureza do idioma; e (ii) construção de um cânone literário para embasar e legitimar esses modelos. Como bem resume Lyons (1995, p. 21), “os gramáticos tradicionais se preocuparam mais ou menos exclusivamente com a linguagem literária, padrão; e tendiam a desconsiderar ou condenar como ‘incorreto’ o emprego de formas não consagradas, ou coloquiais, tanto no falar como no escrever”.

No que concerne à dimensão socioideológica, a constatação de que os estudos gramaticais de viés normativo se pautam pelo desenvolvimento de modelos de bom uso da língua, assim como pela eleição de alguns escritores para a construção de um cânone a ser seguido, favorece a ideia de que a gramática tradicional consiste, de fato, em um paradigma de gramatização. Como diz Vieira (2018), essas ideias fizeram-se presentes em todos os momentos da história em que gramáticas tradicionais foram produzidas, e, por isso, podemos afirmar a existência desse paradigma teórico.

Os saberes produzidos pelo PTG, entretanto, não devem ser rejeitados de todo, pois os problemas detectados na concepção da transitividade não diminuem os méritos conquistados por esse paradigma teórico, quais sejam: ter fundamentado o primeiro saber linguístico no Ocidente, o saber gramatical; ter levantado as primeiras questões acerca dos fenômenos gramaticais – questões que continuam a impulsionar investigações até hoje, como as questões referentes à transitividade; e ter fornecido as primeiras bases para o ensino das línguas naturais desde o início da Idade Moderna, o que foi fundamental no processo de construção das identidades nacionais, bem como na organização das instituições sociais desses Estados. O reconhecimento dessa importância nos impulsiona à busca de um diálogo frutífero e algo simbiótico entre os diferentes campos de estudos da linguagem.

A transitividade como propriedade do verbo

Nesta seção, realizamos um estudo acerca do que importantes obras de viés tradicional dizem a respeito da transitividade em suas lições sintáticas. Para tal, escolhemos duas gramáticas: a *Nova Gramática do Português Contemporâneo* ([1985] 2013), de Celso Cunha e Lindley Cintra, e a *Gramática Normativa da Língua Portuguesa* ([1972]2014), de Carlos Henrique da Rocha Lima⁴. Dada a limitação de espaço, a discussão a partir desses exemplares, cotejada por outros de igual relevância no cenário nacional, pautou-se no fato de eles serem representantes da tradição gramatical brasileira e referências das doutrinas gramaticais normativas – portanto, refletem o PTG em seus traços constitutivos, ainda que suas abordagens não sejam homogêneas (VIEIRA, 2018).

Iniciaremos a explanação pelos postulados de Cunha e Cintra ([1985]2013), tendo em vista que as classificações adotadas por esses autores seguem a uniformização estabelecida pela Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB – 1959). Assim, os verbos, de acordo com a necessidade ou não de alguns termos que complementem seu sentido,

⁴Nesta seção, a ordem de apresentação das gramáticas utiliza como critério a abordagem adotada e não a data de publicação das obras.

podem ser *transitivos* ou *intransitivos*. Segundo esses autores, nos verbos intransitivos, a ação não vai além do verbo. Como exemplo, Cunha e Cintra ([1985]2013, p. 149) citam as orações *Sobe a névoa... A sombra desce...*, em que a ação está integralmente contida nas formas verbais *sobe* e *desce*.

Diferentemente dos intransitivos, os verbos transitivos exigem certos termos para complementar-lhes o significado. Nesses casos, o processo verbal não se encontra integralmente contido no verbo, mas se transmite a outros elementos. Como exemplo de verbo transitivo, Cunha e Cintra ([1985]2013, p. 150) citam os empregados nas orações *Ele não me agradece, / nem eu lhe dou tempo*, em que o pronome *me*, na primeira oração, e o pronome *lhe* e o substantivo *tempo*, na segunda oração, completam o significado das formas verbais *agradece* e *dou*.

Considerada a natureza do complemento verbal, os verbos transitivos, segundo Cunha e Cintra ([1985]2013), podem ser *diretos*, *indiretos* ou *diretos e indiretos* concomitantemente. Nos verbos transitivos diretos, a ação expressa pelo verbo transmite-se a outros elementos diretamente, ou seja, sem o auxílio da preposição. O termo da oração que integra o sentido dos verbos transitivos diretos denomina-se *objeto direto*, definido como o complemento que normalmente vem ligado ao verbo sem preposição e indica o ser para o qual se dirige a ação verbal. Como exemplos de verbos transitivos diretos, Cunha e Cintra ([1985]2013, p. 154) citam os empregados nas orações *Vou ver o doente* e *Ela invejava os homens*, em que a ação expressa por *vou ver* e *invejava* transmite-se, diretamente, aos elementos *o doente* e *os homens*.

Nos verbos transitivos indiretos, por sua vez, a ação expressa pelo verbo transita para outros elementos da oração indiretamente, isto é, por meio da preposição. O termo da oração que completa o sentido de um verbo transitivo indireto denomina-se *objeto indireto*, definido como o complemento que se liga ao verbo por meio da preposição. Cunha e Cintra ([1985]2013, p. 150) citam os verbos empregados nas orações *Da janela da cozinha, as mulheres assistiam à cena* e *Perdoem ao pobre tolo*, como exemplos de verbos transitivos indiretos: a ação expressa por *assistiam* e *perdoem* transita indiretamente para os elementos *a cena* e *o pobre tolo*.

Nos verbos concomitantemente transitivos diretos e indiretos, a ação expressa transita para outros elementos da oração, simultaneamente, direta e indiretamente. Dito de outra forma, esses verbos requerem, ao mesmo tempo, objeto direto e objeto indireto para lhes completar o sentido. As orações *O sucesso do seu gesto não deu paz ao Lomba* e *Apenas lhe aconselho prudência* são exemplos de usos de verbos transitivos diretos e indiretos citados por Cunha e Cintra ([1985]2013, p. 151): a ação expressa por *deu* e *aconselho* transita para os elementos *paz*, *o Lomba*, *prudência* e *lhe* direta (sem preposição) e indiretamente (com preposição).

O quadro de referência anteriormente descrito permite entrever que a transitividade de Cunha e Cintra ([1985]2013) pauta-se na dicotomia verbos intransitivos *versus* verbos transitivos, estabelecida a partir do uso indiscriminado dos critérios semântico (complementação do sentido) e sintático (presença ou não de complemento do tipo objeto). E apesar de mencionarem o fato de alguns verbos exigirem termos que lhes complementem o sentido, os autores não incluem em sua descrição verbos como *ir* e *morar*, que, se considerado o critério de integralização do sentido, deveriam constar da lista de verbos transitivos. Essa concepção confusa de transitividade reflete, em ampla medida, o padrão adotado por outras gramáticas brasileiras – como a *Moderna Gramática Brasileira*, de Celso Pedro Luft (LUFT, [1976] 2002) – e pelos currículos escolares.

Quando considerado o critério semântico, a diferenciação entre verbos transitivos e intransitivos elaborada por Rocha Lima ([1972]2014) parece seguir rotas mais coerentes. A descrição proposta pelo gramático diferencia-se das abordagens seguidoras

da NGB pelo fato de o autor apresentar um quadro novo dos complementos verbais, em que aparecem quatro possibilidades, no lugar das duas possibilidades propagadas pelas outras gramáticas tradicionais. Além do objeto direto e do objeto indireto, Rocha Lima ([1972]2014) acrescenta à sua descrição o complemento relativo e o complemento circunstancial. A título de exemplificação, consideremos os seguintes casos, citados pelo autor (ROCHA LIMA, [1972]2014, p. 307, 311, 312):

(1) *Dar esmola a um mendigo* (Dar-lhe esmola), *Escrever a um amigo* (Escrever-lhe), *Mandei flores para a noiva* (Mandei-lhe flores).

(2) *Assistir a um baile* (Assistir a ele), *Depender de despachos* (Depender dele), *Precisar de conselhos* (Precisar deles), *Anuir a uma proposta* (Anuir a ela), *Gostar de uvas* (Gostar delas), *Reparar nos outros* (Reparar neles).

(3) *Morar em Paquetá*, *Estar à janela*, *Distar muitos quilômetros*.

Como visto em Cunha e Cintra ([1985]2013), os gramáticos seguidores da NGB classificam os complementos destacados nos agrupamentos (1) e (2), indistintamente, como objeto indireto. Para Rocha Lima ([1972]2014), no entanto, somente em (1) se tem um objeto indireto, ou seja, um termo regido de preposição (*a* ou, às vezes, *para*), cujo papel semântico é o de Beneficiário (alvo ou fonte da ação) e pode ser substituído pelas formas pronominais átonas *lhe*, *lhes*. Em (2), o segundo complemento da predicação, embora seja regido de preposição, possui características sintáticas e semânticas diferentes das do objeto indireto: não pode ser substituído pelo clítico *lhe* e não tem o papel semântico de Beneficiário. Por isso, Rocha Lima ([1972]2014) distingue essa função da de objeto indireto, classificando-a como *complemento relativo*.

Quanto ao grupo (3), o argumento destacado em itálico é um elemento circunstancial, incluído pelas gramáticas tradicionais que adotam a NGB entre os adjuntos adverbiais, ou seja, um termo acessório. Para Rocha Lima ([1972]2014), no entanto, os termos destacados são complementos de natureza adverbial – tão indispensáveis à construção do verbo quanto, em outros casos, os demais complementos verbais. O autor classifica essa função como *complemento circunstancial*.

Para Rocha Lima ([1972]2014, p. 416), o complemento forma com o verbo uma *expressão semântica*, de tal forma que a sua supressão torna o predicado incompreensível. Em função do tipo de complemento que requerem para formar essa expressão semântica, de acordo com esse autor, os verbos podem ser classificados em cinco tipos: (i) *intransitivos* – por encerrarem em si a noção predicativa, dispensam quaisquer complementos; (ii) *transitivos diretos* – exigem a presença de um objeto direto; (iii) *transitivos indiretos* – que pedem a presença de um objeto indireto – complemento este que, na maioria das vezes, independe da regência verbal; (iv) *transitivos relativos* – que apresentam um complemento preposicional, chamado relativo; (v) *transitivos circunstanciais* – que requerem um complemento, preposicional ou não, chamado circunstancial e (vi) *bitransitivos* – que têm concomitantemente um objeto direto e um indireto, ou um objeto direto e um complemento relativo.

Diferentemente daquilo que se percebeu em Cunha e Cintra ([1985]2013), ao incluir no quadro de complementos do verbo as funções de complemento relativo e complemento circunstancial, Rocha Lima ([1972]2014) parece fornecer à sua descrição maior coerência quanto aos critérios semânticos adotados – assim como Kury ([1985] 2001), que inclui em seu quadro de verbos transitivos aqueles que necessitam de um complemento adverbial de lugar. Entretanto, com base na síntese geral das propostas apresentadas pelas obras analisadas aqui, identificamos alguns dos principais pontos de convergência entre esses manuais representativos do PTG, quais sejam: (i) a

transitividade é uma propriedade do verbo; (ii) verbos são unidades discretas; (iii) a transitividade é um fenômeno sintático, mas em suas explicações constam, indiscriminadamente, noções lógicas, formais e semânticas; (iv) a transitividade é a ação de um Agente sobre um Paciente (o objeto direto) e (v) a transitividade é um fenômeno de regência.

A transitividade e o princípio da centralidade do verbo

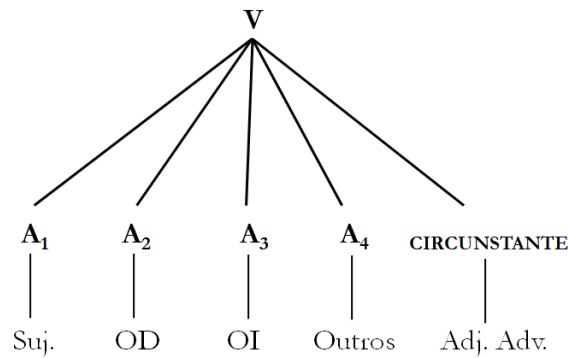
Muitas foram as propostas para sanar os problemas diagnosticados na abordagem que o PTG concebeu ao fenômeno da transitividade. A primeira tentativa deu-se no campo das perspectivas formalistas, que tinham por núcleo a Teoria Gerativa (CHOMSKY, 1965). O que vincula as diferentes perspectivas formalistas é o axioma fundante de que a estrutura da sentença é o produto da saturação de todas as posições argumentais previstas por um determinado Predicador. Esse axioma recebeu o nome de *princípio da estrutura argumental*, e, embora tenha sido gestado no interior do formalismo gerativista, foi no âmbito da linha investigativa denominada *Gramática de Valências* que ele alcançou o atual estágio de desenvolvimento.

Assim, a natureza semântica do fenômeno, antevista pelo PTG, é relegada a segundo plano. Em outras palavras, o campo formalista desconsiderou a noção de transitividade como transferência de ação de um sujeito Agente para um objeto Paciente, restringindo o tratamento do fenômeno, inicialmente, ao campo sintático. Sob a centralidade da forma, o problema obteve resposta, em uma primeira versão do modelo, nas relações sintáticas de ordenação e concordância. Posteriormente, a noção de estrutura argumental passa a se referir também à formalização de papéis semânticos previstos pelas especificidades lexicais do verbo.

Tesnière ([1959]1965) foi o introdutor das primeiras ideias sobre valência (correlativo de transitividade) no campo da Linguística. Nessa perspectiva, o verbo é o centro estruturador da oração, “uma espécie de polo imantado, capaz de atrair um número mais ou menos elevado de actantes, comportando um número variável de *pontos de atração* capazes de manter esses actantes sob a sua dependência” (BORBA, 1996, p. 19).

Como nos lembra Ignácio (2003), Tesnière ([1959]1965) propôs uma nova nomenclatura para os constituintes da oração, denominando *actantes* os que funcionam como complementos do verbo (sujeito, objeto direto, objeto indireto e outros tipos de complementos) e *circunstantes* os adjuntos adverbiais. Nessa perspectiva, embora os actantes estejam no mesmo nível sintático, a predominância semântica do sujeito é postulada, dado que esse complemento verbal é tido como um actante de primeiro grau, seguido do objeto direto (actante de segundo grau) e do objeto indireto (actante de terceiro grau). O esquema reproduzido a seguir permite a visualização da forma como a oração encontra-se organizada sob a perspectiva valencial:

Figura 1: O princípio da centralidade do verbo



Fonte: Adaptado de Ignácio (2003, p. 110)

O termo valência refere-se a três diferentes níveis:

1. *Valência quantitativa*: nível geral e abstrato “que diz respeito ao número de argumentos que um predicado pode ter” (BORBA, 1996, p. 20). Nesse nível, os itens lexicais podem ser *avalentes* ($P_{(0)}$ – por exemplo, os chamados verbos impessoais, que indicam fenômenos meteorológicos ou estado físico, como *ventar*, *trovejar*, *relampejar*), *monovalentes* ($P_{(A1)}$ – por exemplo, verbos que indicam atividade fisiológica, como *tossir*, *espirrar*, *respirar*), *divalentes* ($P_{(A1, A2)}$ – por exemplo, verbos que indicam movimento direcional, como *ir*, *vir*, *chegar*), *trivalentes* ($P_{(A1, A2, A3)}$ – por exemplo, os verbos de atribuição, como *dar*, *doar*, *atribuir*) e *tetravalentes* ($P_{(A1, A2, A3, A4)}$ – por exemplo, os verbos de transferência de localização, como *transferir*, *passar*, *levar*).

2. *Valência qualitativa* (ou *sintática*): nível de constituição sintática, que especifica o preenchimento das posições argumentais “por classes com determinadas propriedades morfológicas” (BORBA, 1996, p. 20). Nesse nível, são focalizadas as funções morfossintáticas dos itens que realizam as posições argumentais – por exemplo, se o verbo só tem um argumento, este nunca é introduzido por preposição, por arranjar-se como argumento externo ao SV (*morrer* -N, *parir* -N, *chorar* -N).

3. *Valência semântica*: nível que se refere às relações semânticas entre os itens presentes na estrutura sintagmática. Nesse nível, são descritas as características categoriais, os papéis temáticos (ou casos semânticos) e as especificações lexicais “que determinam quais classes/subclasses de itens coocorrem ou se excluem com tais classes/subclasses de itens que preenchem os argumentos” (BORBA, 1996, p. 21). Com relação às propriedades semânticas dos verbos, por exemplo, a semântica lexical costuma agrupar o léxico em conjuntos por afinidade de traços, como: há um traço comum – *+movimento* – que permite reunir, entre outros, verbos como *subir*, *descer*, *andar*, *ir*, *vir*, *entrar*, *sair*, *rodar*.

A necessidade de se assumir a noção de papéis temáticos nos estudos gramaticais foi defendida, inicialmente, a partir do argumento de que as funções gramaticais de sujeito, objeto e outras são insuficientes para traduzir certas relações existentes entre orações do tipo (a) *João abriu a porta com a chave*; (b) *A porta abriu*; (c) *A chave abriu a porta*, em que *a porta* tem a mesma função semântica de ser paciente de uma ação em (a, b e c), mas, em (a) e (c), exerce a função sintática de objeto, e, em (b), de sujeito. Já *a chave* tem a mesma função semântica de ser um instrumento da ação em (a) e (c), entretanto, estabelece uma relação de adjunção em (a) e de sujeito em (c) (CANÇADO, 2013). A definição apresentada por Fillmore (1977, p. 299) – um dos defensores da teoria da centralidade do verbo – estabelece que as noções de caso incluem um conjunto de conceitos universais, presumivelmente inatos, que identificam certos tipos de julgamentos que os seres humanos são capazes de fazer acerca dos acontecimentos que

ocorrem a seu redor, julgamentos acerca de assuntos como *quem fez, com quem aconteceu, o que foi mudado* etc.

A classificação dos componentes linguísticos quanto ao papel semântico que desempenham na oração não constitui, nem de longe, uma tarefa simples. Por isso, dada a necessidade de aprimoramento quanto à identificação das funções semânticas que os argumentos desempenham nas sentenças, alguns linguistas, constantemente, têm se debruçado sobre o tema, com vistas a tornar os conceitos mais acessíveis e a elaborar listagens mais abrangentes, de modo que um número maior de casos seja abarcado. A seguir, citamos alguns dos casos semânticos principais (IGNÁCIO, 2003, p. 111; CANÇADO, 2013): (i) *Agente*: o desencadeador de alguma ação, capaz de agir com controle (*O João lavou o carro*); (ii) *Paciente*: a entidade que sofre o efeito de alguma ação, havendo mudança de estado (*O João quebrou o vaso*); (iii) *Beneficiário*: a entidade que é beneficiada pela ação descrita (*O João deu um presente para a Maria*); (iv) *Causa*: o desencadeador de alguma ação, sem controle (*As provas preocupam a Maria*); (v) *Instrumento*: o meio pelo qual a ação é desencadeada (*A Maria escreveu a carta com uma caneta esferográfica*); (vi) *Experenciador*: ser animado que mudou ou está em determinado estado mental, perceptual ou psicológico (*O João viu um pássaro*); (vii) *Locativo*: o lugar em que algo está situado ou acontece (*Eu nasci em Belo Horizonte*).

Nota-se que a ênfase da proposta desenvolvida pela Gramática de Valências recai na formalização e generalização das relações sintagmáticas e paradigmáticas observadas nas diferentes construções oracionais de uma língua. A definição do fenômeno nessa teoria é de natureza morfossintática e semântica. Contudo, esses níveis são descritos como distintos, diferentemente da definição defendida pela tradição gramatical, que mistura, indiscriminadamente, critérios sintáticos e semânticos e pragmáticos. Desse modo, o paradigma formalista consegue dar respostas mais sólidas a realizações gramaticais não abarcadas pelas categorias da GT. Contudo, sob essa ótica, a centralidade do verbo permanece intocada, visto que o esquema transitivo de qualquer oração é produto da estrutura argumental projetada por um predicador. Também não se tecem considerações sobre o estatuto semântico da oração como unidade simbólica representacional, por exemplo⁵. Na próxima seção, veremos como o conceito de valência (ou de estrutura argumental) foi interpretado pelas vertentes funcionalistas.

A transitividade em termos de grau e de sistema

O termo *Funcionalismo* compreende disposições bastante diversificadas em relação ao estudo da língua. Mas, de modo geral, o modelo funcionalista de análise linguística caracteriza-se por priorizar a função que as formas exercem em dados contextos discursivos e por buscar estabelecer possíveis motivações funcionais para determinadas realizações.

Na linha funcionalista de análise linguística, o termo *transitividade* é usado em sentido mais amplo, pois se refere a uma noção contínua e global que descreve a oração como um todo. Nas seções subsequentes, serão apresentados os princípios gerais que norteiam o estudo da transitividade nessa corrente teórica, sob três diferentes perspectivas. Tomaremos como base os pressupostos da linguística funcional norte-americana, mais especificamente, os postulados de Hopper e Thompson (1980) e de Givón (1984) – alguns dos principais expoentes do chamado Funcionalismo Clássico – e os da Linguística Sistemico-Funcional (HALLIDAY, 1994; HALLIDAY;

⁵A oração vista como unidade no interior de seu próprio nível (o do complexo oracional) consiste, semanticamente, em uma representação unitária de tipos específicos de significados (fazer, dizer, sentimentos, comportamentos, relações semióticas e existenciais).

MATTHIESSEN, 2004; 2014). A motivação para essas escolhas é a mesma que pautou as demais perspectivas resenhadas até aqui, qual seja: apesar de pertencerem a um mesmo paradigma teórico (denominado, amplamente, *Funcionalismo Linguístico*), as três concepções apresentam tratamentos distintos para o fenômeno da transitividade, o que, a nosso ver, enriquece o quadro de descrição do fenômeno.

O modelo de transitividade desenvolvido por Hopper e Thompson (1980) ocupa uma posição de grande destaque dentro do funcionalismo linguístico, pois a concepção desses teóricos abandona a visão dicotômica e discreta, que enxerga a transitividade como uma propriedade inerente ao verbo, e adota uma perspectiva de análise que considera a oração como um todo, no seu contexto de uso. Ao elegerem a estrutura narrativa como foco de suas análises, Hopper e Thompson (1980) atrelam o estudo da transitividade a uma perspectiva discursiva, que considera a proeminência gramatical e semântica da transitividade como derivada de sua função discursiva característica. Dessa forma, a alta transitividade relaciona-se ao primeiro plano discursivo de uma narrativa (Figura), e a baixa transitividade, ao segundo plano (Fundo).

A noção de transitividade formulada por Hopper e Thompson (1980) não se baseia na seleção *versus* não seleção de complemento(s), mas se define como uma propriedade que está relacionada à efetividade de transferência de uma ação de um agente para um paciente. A diferença pode ser percebida, ainda, pelo fato de a transitividade ser, para esses autores, escalar, contínua e não categórica. Para Hopper e Thompson (1980), a transitividade é concebida como um complexo de dez componentes sintático-semânticos, cada qual sugerindo uma escala de acordo com a qual as orações podem ser ordenadas, conforme é demonstrado no quadro a seguir:

Quadro 1: Componentes de transitividade - Hopper e Thompson (1980).

| Componentes | Transitividade alta | Transitividade baixa |
|-------------------------|----------------------------|-----------------------------|
| Participantes | Dois ou mais Participantes | Um Participante |
| Cinese | Ação | Não ação |
| Aspecto do verbo | Perfectivo | Não perfectivo |
| Pontualidade do verbo | Pontual | Não pontual |
| Volitividade | Volitivo | Não volitivo |
| Polaridade da oração | Afirmativa | Negativa |
| Modalidade da oração | <i>Realis</i> | <i>Irrealis</i> |
| Agentividade do sujeito | Agentivo | Não agentivo |
| Afetamento do objeto | Afetado | Não afetado |
| Individação do objeto | Individuado | Não individuado |

Cada parâmetro que compõe a escala da transitividade anteriormente reproduzida diz respeito a um aspecto diferente da forma como a ação é transferida de um participante para outro, como é resumido a seguir:

1. **Participantes**: refere-se à presença de participantes na oração. Não pode haver transferência a menos que dois participantes estejam envolvidos.
2. **Cinese**: ações podem ser transferidas de um participante a outro; estados, não.
3. **Aspecto**: uma ação vista do seu ponto final, isto é, uma ação télica, é mais eficazmente transferida para um participante do que uma ação que não tenha término.

4. **Pontualidade:** ações realizadas sem nenhuma fase de transição óbvia entre o início e o fim têm um efeito mais marcado sobre seus pacientes do que ações que são inerentemente contínuas.
5. **Volitividade:** o efeito sobre o paciente é tipicamente mais aparente quando a ação do agente é apresentada como proposital.
6. **Polaridade:** refere-se ao fato de as orações serem afirmativas ou negativas.
7. **Modalidade:** refere-se à distinção entre a codificação *realis* e *irrealis* de eventos. Uma ação que não ocorreu, ou que expressa um evento hipotético, ou ainda que é apresentada como tendo ocorrido em um mundo não-real é menos eficaz do que uma ação cuja ocorrência é de fato asseverada.
8. **Agentividade:** participantes que têm agentividade alta podem efetuar a transferência de uma ação de um modo que participantes com agentividade baixa não podem.
9. **Afetamento do objeto:** relaciona-se diretamente ao fato de o objeto ser afetado pela ação.
10. **Individuação do objeto:** uma ação pode ser transferida mais efetivamente para um objeto individuado do que para um não individuado. Os critérios expostos a seguir distinguem um objeto individuado de um não individuado:

Quadro 2: Critérios de definição de um objeto individuado.

| Individuado | Não individuado |
|-----------------------|------------------------|
| Próprio | Comum |
| Humano, animado | Não animado |
| Concreto | Abstrato |
| Singular | Plural |
| Contável | Massivo |
| Referencial, definido | Não referencial |

A título de exemplo, consideremos a aplicação dos parâmetros nos exemplos (4) e (5), citados pelos autores:

(4) Jerry nocauteou Sam.

(5) Jerry aprecia cerveja⁶.

Conforme vimos, para os estudos tradicionais, os verbos que compõem as orações supracitadas (*nocautear* e *apreciar*) são classificados, indistintamente, como transitivos, pois possuem predicação incompleta e, por isso, necessitam de um complemento (objeto) para integralizar seu sentido. Todavia, quando as orações são analisadas a partir da escala sugerida por Hopper e Thompson (1980), é possível observar que há diferença significativa na eficácia e na intensidade com que a ação é transferida de um participante para outro, como mostra o quadro a seguir:

Quadro 3: Identificação do grau de transitividade

⁶ Traduções livres de *Jerry knocked Sam down* e *Jerry likes beer* (HOPPER; THOMPSON: 1980, p. 4).

| Orações | Participantes | Cinese | Aspecto | Pontualidade | Volitividade | Polaridade | Modalidade | Agentividade | Afetamento do O | Individação do O | TOTAL |
|---------|---------------|--------|---------|--------------|--------------|------------|------------|--------------|-----------------|------------------|-------|
| (4) | + | + | + | + | + | + | + | + | + | + | 10 |
| (5) | + | - | - | - | + | + | + | + | - | - | 5 |

Fonte: adaptado de Furtado da Cunha e Souza (2007, p. 40).

Considerando os parâmetros de Hopper e Thompson (1980), o exemplo (4) ocupa o ponto mais alto na escala de transitividade (grau 10), pois contém todos os dez traços do complexo: dois participantes (*Jerry* e *Sam*), verbo de ação (*nocautear*), aspecto perfectivo (ação completa), verbo pontual (ação não durativa), sujeito volitivo (*Jerry*), oração afirmativa, sujeito agente (*Jerry*), oração *realis* (modo indicativo), objeto afetado (*Sam*) e individuado (referencial, humano, próprio, singular). Ocupando uma posição mais abaixo na escala de transitividade, encontra-se o exemplo (5), que apresenta apenas cinco dos dez traços do complexo (portanto, grau 5 de transitividade): dois participantes (*Jerry* e *cerveja*), sujeito volitivo (*Jerry*), oração afirmativa, oração *realis* (modo indicativo) e sujeito agente (*Jerry*).

O modelo de transitividade elaborado por Hopper e Thompson (1980) tem sido bastante discutido, ao longo dos anos, pelos estudiosos funcionalistas. Silveira (1990), por exemplo, revisando o conceito de transitividade desses autores, propõe a redefinição de alguns parâmetros que compõem o modelo, assim como o redimensionamento da pontuação utilizada na análise.

Além de redefinir o conceito de transitividade, Silveira (1990) discute o caráter binário da pontuação proposta para a determinação do grau de transitividade das orações e redimensiona essa pontuação, optando pela marcação eneária, determinando escalas com amplitude de 0 a 5, a partir do desmembramento de cada um dos parâmetros em traços semântico-pragmáticos. A pesquisadora explica que a diversificação dos traços se deu pela observação direta de dados, ou seja, os níveis foram sendo definidos à medida que aqueles, que já haviam sido propostos, não davam conta das orações estudadas. Assim, para o parâmetro *Participantes*, por exemplo, Silveira (1990) desmembrou a escala binária de Hopper e Thompson (1980) em cinco níveis diferentes. Os valores dessa nova escala, que considera o local como um dos participantes, são os seguintes:

zero – para as orações sem agente, sem paciente e sem local, isto é, sem nenhum limite explícito para a situação expressa pelo verbo.

Um – para orações com um único participante.

Dois – para as orações com um paciente e um local.

Três – para orações com agente e local.

Quatro – para orações com agente e objeto (esquema transitivo canônico).

Cinco – para orações com agente, objeto e local.

Assim como Silveira (1990), Abraçado e Kenedy (2014) discutem os problemas teóricos e metodológicos concernentes, em especial, à classificação binária dos parâmetros que compõem a escala de transitividade. Além de revisitarem e ampliarem o construto teórico subjacente a essa noção, os autores propõem averiguar, por meio de testes psicolinguísticos, em que medida a percepção dos informantes condiz com os

postulados de Hopper e Thompson (1980). Como resultado, os experimentos realizados mostraram que, na prática, cada um dos dez traços de transitividade apresenta especificidades e relações com outros traços, trazendo à tona problemas que, na maioria das vezes, não se resolvem com avaliações de caráter binário. Novamente, o que se percebe, então, é a necessidade de se estabelecer uma marcação mais gradiente e, portanto, menos dicotômica.

Por sua vez, a transitividade concebida por Givón (1984), assim como a de Hopper e Thompson (1980), fundamenta-se em uma complexa relação entre componentes sintático e semântico. Para esse linguista, do ponto de vista semântico, o verbo transitivo prototípico é definido pelas propriedades do Agente (ter um sujeito agenteivo) e do Paciente (ter um objeto paciente/afetado), vistas como uma questão de grau (noção de prototipia⁷). Já do ponto de vista sintático, todos os verbos que têm um objeto direto são tidos como transitivos, e os que não o têm são intransitivos.

O protótipo de um verbo transitivo é descrito, portanto, como sendo aquele em que há uma mudança física discernível no estado do objeto paciente. O grupo dos verbos transitivos prototípicos pode ser subclassificado de acordo com o tipo de alteração registrada no paciente/objeto. Givón (1984, p. 96) cita os seguintes exemplos:

- (6) Objeto criado: *Ela fez um vestido.*
- (7) Objeto totalmente destruído: *Eles demoliram a casa.*
- (8) Mudança física do objeto: *Ela abriu o pote.*
- (9) Mudança de localização do objeto: *Eles moveram o celeiro.*
- (10) Mudança com instrumento implicado: *Ele martelou o prego – martelo.*
- (11) Mudança superficial: *Ela lavou sua camisa.*
- (12) Mudança interna: *Eles aqueceram a solução.*
- (13) Mudança com modo implicado: *Eles a assassinaram* (matar com intenção); *Ela espatifou o copo.* (quebrar completamente)⁸

Os exemplos supracitados demonstram que o protótipo de um verbo transitivo envolve, portanto, uma mudança física discernível no estado do objeto paciente. Pode-se medir o grau de prototipicidade (ou grau de variação do protótipo) de outros verbos sintaticamente pertencentes a esse grupo, parcialmente em termos do grau de mudança do objeto, ou seja, se essa mudança é física, óbvia, concreta, acessível à observação etc.

Segundo Givón (1984), alguns verbos semanticamente desviantes (ou não prototípicos) podem aparecer, em muitas línguas, na mesma classe sintática dos verbos transitivos prototípicos. A explicação para isso pode ser buscada em duas direções: o primeiro motivo diz respeito ao fato de a transitividade ser uma questão de grau, em parte porque a evidência de mudança no objeto é uma questão de grau, e em parte porque depende de mais de uma propriedade, como as mencionadas por Hopper e Thompson (1980); a segunda razão vincula-se ao fato de o usuário da língua interpretar as propriedades de um verbo menos prototípico como sendo semelhantes aos verbos prototípicamente transitivos. Essa analogia é interpretada por Givón (1984) como um fenômeno linguístico chamado de *extensão metafórica*.

⁷ Para a teoria dos protótipos, não há limites claros entre as classes, estabelecendo-se entre elas um *continuum* de limites imprecisos. Nesse *continuum*, os protótipos são os membros que possuem todas as características de determinada categoria (FERRARI, 2011).

⁸ Traduções livres de *She made a dress*, *They demolished the house*, *She cracked the pot*, *They moved the barn*, *hammered the nail (hammer)*, *She washed his shirt*, *They heated the solution*, *They murdered her* ('kill' with intent) e *She smashed the cup* ('break' completely) (GIVÓN, 1984, p. 96).

Vistos sob esse prisma, de acordo com Givón (1984), verbos com um objeto direto locativo, por exemplo, podem ser considerados como um tanto desviantes, mas, mesmo assim, são entendidos como membros legítimos da classe. Em exemplos como *Ela adentrou a casa* (= ir para dentro da casa) e *Ela nadou o canal* (= nadar através do canal), o objeto direto, aparentemente, é, de fato, o ponto de referência locativo para o movimento espacial do sujeito, indicado pelo uso da preposição (*para dentro* e *através*). Segundo Givón (1984), ao interpretar esses eventos como envolvendo um objeto direto, o falante tem uma perspectiva diferente, tornando o objeto mais saliente. O autor sugere que, em *Ela adentrou a casa*, o objeto (*a casa*) é mais importante do que se fosse um simples ponto de referência locativo. Assim, *adentrar uma casa* não é apenas *mover-se para dentro de uma casa*, mas é mudar o estado da casa de vazio para ocupado. Da mesma forma, *nadar o canal* não é um mero movimento através do canal, mas sim uma conquista do canal.

De acordo com Givón (1984, p. 99), além dos verbos com objeto direto locativo, a extensão metafórica pode ser percebida ainda nos seguintes casos:

(14) verbos com um paciente implícito: *Ele alimentou as vacas* (deu-lhes comida); *Eles pulverizaram as plantações* (puseram pó nas plantações).

Nesses exemplos, o objeto paciente semanticamente mais plausível é suprimido, em geral porque ele é previsível ou porque constitui a base de um verbo derivado de um substantivo (alimentação/alimentar, pó/pulverizar).

(15) verbos com objeto cognato: *Ela cantou uma canção cigana*; *Ela dançou uma dança original*.⁹

O objeto criado, nesses casos, é uma forma nominalizada do verbo. A oração assume, aqui, a aparência de uma construção transitiva, ou seja, que está em conformidade com o padrão sintático de sujeito-agente e objeto-paciente.

Além dos objetos, os casos não prototípicos podem envolver, ainda, os sujeitos dos verbos transitivos. Esses casos são mais comuns nos verbos de cognição, de sensação ou de volição, cujo objeto não registra nenhuma mudança ou impacto perceptíveis. Na verdade, é o sujeito experienciador que registra alguma mudança interna/cognitiva. Os verbos mais comuns dessa classe são *ver*, *ouvir*, *conhecer*, *compreender*, *pensar*, *querer*, *sentir*, que, semanticamente, se aproximam mais de estados do que de ações. A extensão metafórica desses verbos para a classe transitiva prototípica pode ser explicada em termos de o sujeito ser um ser animado, cuja importância no evento é alta e cujo campo perceptual é estendido para o objeto, que é, então, metaforicamente interpretado como afetado (GIVÓN, 1984).

Para Givón (1984, p. 106), a noção de extensão metafórica se aplica também às orações com sujeitos não agentivos. Muitas línguas permitem uma margem razoável na atribuição de sujeitos não agentes para verbos prototipicamente transitivos, por analogia aos agentes reais. Assim, verbos transitivos prototípicos podem ter sujeitos menos agentivos, como em *A bebida o matou* ('Ele bebia bebidas alcoólicas, o que o matou') e *O martelo quebrou a janela* ('Alguém quebrou a janela com um martelo')¹⁰.

⁹ Traduções livres de *She entered the house* (= go into the house) e *She swam the Channel* (= swim across the Channel), *He fed the cows* (gave them food) e *They dusted the crops* (= put dust on the crops), *She sang a gypsy song* e *He dance an original dance* (GIVÓN, 1984, p. 98, 99).

¹⁰ Traduções livres de *Liquor killed him* ('He drank liquor, and that killed him') e *The hammer broke the window* ('Someone broke the window with a hammer') (GIVÓN, 1984, p. 106).

Presumivelmente, nesses exemplos, a extensão metafórica é a de “sendo uma causa (ou um instrumento)”, de maneira que uma entidade que não poderia iniciar um evento intencionalmente, de algum modo, dentro da cadeia da causalidade, é reinterpretada como o “agente iniciador” e marcada sintaticamente como sujeito-agente.

A ideia de extensão metafórica permite acomodar, na classe dos verbos transitivos, construções que se distanciam das propriedades semânticas que singularizam o protótipo da categoria, ou seja, as de Agente e Paciente. Pelo fato de essas propriedades serem tratadas como uma questão de grau, os verbos não prototípicos são interpretados como membros da classe transitiva por meio de semelhanças e analogias, que fazem lembrar o protótipo. Deve-se advertir, no entanto, que, devido a marcas morfológicas, muitas línguas não permitem algumas das extensões metafóricas sugeridas por Givón (1984), o que faz entrever que a tendência a estender metaforicamente a classe dos verbos transitivos é de nenhuma maneira uma solução universal.

Fornecidos os postulados bastante gerais acerca do conceito de transitividade para Givón (1984), nos próximos parágrafos, continuaremos nosso percurso teórico, discorrendo acerca dessa temática à luz da Gramática Sistêmico-Funcional – outra vertente teórica do Funcionalismo Linguístico. Conforme veremos, para essa corrente, o conceito de transitividade ganha um *status* ainda mais específico, pois se trata de um sistema, responsável por codificar experiências e construir significados.

Halliday e Matthiessen (2014) afirmam que o uso linguístico serve a três propósitos centrais da vida em sociedade. São eles: compreender o meio em que se vive, interagir com os demais membros dessa sociedade e organizar a informação de modo que ela faça sentido para os indivíduos. Esses propósitos apresentam uma correspondência, no sistema linguístico, com as três metafunções que os autores apresentam: as Metafunções Ideacional, Interpessoal e Textual.

A Metafunção Ideacional é responsável pela construção da experiência externa (acontecimentos e ações no ambiente social) e interna (percepções e sentimentos situados no âmbito da consciência subjetiva), assim como pela construção de relações entre os fragmentos da experiência. A semântica exerce papel central nessa metafunção, que, ao ser viabilizada pelo Sistema de Transitividade, constrói cenas (*figure*) da experiência em torno de Processos que selecionam determinados Participantes (a depender da cena) e em torno dos quais podem gravitar eventuais Circunstâncias.

Com o termo *Sistema de Transitividade*, a Gramática Sistêmico-Funcional (doravante, GSF) não se refere, propriamente, ao tema da transitividade verbal, oriundo da tradição gramatical – embora não se possa ignorar a influência que essa última exerceu para o desenvolvimento daquele. Dizemos desenvolvimento, pois o Sistema de Transitividade é resultado da ampliação do conceito lógico-semântico de transferência de ação (que se aplica às orações em que figuram os papéis de Agente, Paciente e Ação na estrutura temática). Logo, ao mesmo tempo em que a classe das orações *do fazer* compõe a arquitetura do sistema (sendo considerada a classe prototípica), outras são introduzidas para abarcar tipos de orações que não podem ser explicados com base nos traços semânticos componentes das cenas que denotam ação.

Na GSF, a Transitividade refere-se ao sistema linguístico responsável pela codificação e representação linguísticas de nossas experiências sociais e psíquicas, bem como pelo relacionamento entre fragmentos da experiência. Em outras palavras, o conceito está atrelado às possibilidades de escolhas que os falantes de uma língua podem realizar ao acionarem o paradigma de opções estruturais e representacionais provenientes dos diferentes usos sociais a que serve a linguagem.

Diferentemente do que se poderia imaginar, se considerado terminologicamente, o Sistema de Transitividade apresentado pela GSF constrói o mundo da experiência por

meio de um conjunto relativamente pequeno de Processos, que são: os Materiais, os Mentais, os Relacionais, os Verbais, os Comportamentais e os Existenciais.

O sistema de Processos Materiais tem como principal característica a noção de transferência de ação, ou de fluxo dinâmico de eventos, ou ainda de investimento de energia – as orações transitivas prototípicas, conforme vimos em Givón (1984). É nesse conjunto de orações que se verifica o reaproveitamento da tradicional noção de transitividade, o que nos permite afirmar, especificamente para esse caso, a existência de orações transitivas e intransitivas. Para Halliday e Matthiessen (2014, p. 216), as orações Materiais “estiveram, ao longo da maior parte da história da linguística, no centro das atenções. Elas têm sido, por exemplo, a fonte da tradicional distinção entre verbos ‘transitivos’ e ‘intransitivos’”.

Há, nesse tipo de cena, dois Participantes principais, quais sejam: o Ator, responsável por um investimento de energia que impulsiona a ação, e a Meta, Participante afetado pelo investimento de energia (que pode ser concreto ou simulado, no caso de ações abstratas) realizado pelo Ator, como em *O leão pegou o turista*, em que *O leão* é o Participante do tipo Ator e *o turista* é o Participante do tipo Meta.

Na estrutura da oração Material, o Ator será o Participante sempre presente (Participante inerente), mesmo que não esteja expresso formalmente na construção – como é o caso, por exemplo, de algumas passivas (THOMPSON, 1996). Outros Participantes não inerentes podem compor a estrutura da cena, como o Recebedor, o Cliente e o Escopo: em *João tocava piano*¹¹, *piano* é o Escopo, ou seja, o Participante que completa e especifica a ação, mas que não é afetado por ela.

Orações que representam a experiência interna de nossos desejos, percepções e afetos pertencem ao sistema dos Processos Mentais. Esse tipo de Processo é selecionado pelo falante para representar o fluxo de consciência acerca do que está acontecendo em seu interior. Eles representam a nossa percepção e o modo como compreendemos fatos de consciência.

Geralmente, encontramos, nas orações Mentais, Participantes representados por seres humanos. Essas representações são codificadas pela léxico-gramática na categoria de Experienciador. Algumas vezes, esse Participante poderá ser realizado por entidades não humanas (animais, objetos etc.), mas, para que isso seja possível, esses seres serão dotados de consciência por um artifício de abstração. O segundo Participante que necessariamente será encontrado nesse tipo de oração é o Fenômeno. Ele representa aquilo que é experienciado, sentido, desejado ou percebido pelo Experienciador. Ambos se constituem Participantes inerentes na estrutura das orações Mentais, como em *Eu acredito em você*, em que *Eu* codifica o Participante Experienciador, e *em você*, o Participante Fenômeno.

As orações Relacionais são os tipos de orações que estabelecem uma relação de atribuição ou de identidade entre duas entidades. Com efeito, teremos dois Participantes inerentes nesse tipo de construção. Segundo Fuzer e Cabral (2014, p. 65), “as orações relacionais são comumente usadas para representar seres no mundo em termos de suas características e identidades”.

Os Participantes que podem acompanhar os Processos Relacionais são de seis tipos, e a sua ocorrência depende do tipo de Processo Relacional presente na oração. Assim, em orações com Processo Relacional Atributivo, os Participantes que o acompanham serão o Portador e o Atributo (*Sarah* [Portador] é [Processo Relacional] *inteligente* [Atributo]). O Processo Relacional Possessivo atribui nomes especiais a esses dois Participantes, Possuidor e Possuído (*Peter* [Possuidor] *tem* [Processo Relacional] *um*

¹¹ Tradução livre de *John played piano* (HALLIDAY, 1994, p. 145).

piano [Possuído]). Já no Processo Relacional Identificativo, os Participantes serão o Identificado e o Identificador – também denominados Possuidor e Possuído nas orações possessivas (*Sarah* [Identificado] é [Processo Relacional] *a líder* [Identificador]¹²).

Por se tratar de um Processo situado entre os Materiais e os Mentais, o Processo Comportamental é formado por características de ambos os domínios. Eles codificam os comportamentos fisiológicos e psicológicos, sobretudo, os realizados pelos seres humanos. O Participante típico desse processo é denominado Comportante, que é um ser sempre consciente, como o Experienciador das orações Mentais, mas que realiza tipicamente ações Materiais, o que aproxima, nesse aspecto, seu significado do significado Material: *Neymar* [Comportante] *dança* [Processo Comportamental] *em evento beneficente* [Circunstância de Localização – Lugar] (FUZER; CABRAL, 2014, p. 77).

Processos Existenciais constroem e materializam a experiência acerca das coisas que existem no mundo. O verbo prototípico desse tipo de oração é *haver* (sentido de existir). A Gramática Tradicional chama esses casos de orações sem sujeito, justamente pela ausência de sujeitos sintáticos nessas orações. Na perspectiva da GSF, encontraremos apenas um Participante nas orações existenciais, o Existente (uma pessoa, um objeto, um animal etc.): *Houve* [Processo Existencial] *uma alta de 70,7% nas vendas de notebooks* [Existente] (FUZER; CABRAL, 2014, p. 79).

As Orações Verbais realizam uma figura do dizer e seus Participantes típicos são: Dizente, Verbiagem, Alvo e Receptor. O Dizente é o Participante que diz alguma coisa, podendo ser humano ou não. Verbiagem é tudo o que o Dizente diz. Receptor representa o Participante a quem a Verbiagem se dirige. E, por último, Alvo é o Participante atingido pelo processo. Em *João disse que estava com fome*¹³, por exemplo, *João* codifica o Dizente e *que estava com fome* representa a Verbiagem.

As Circunstâncias são o terceiro componente do Sistema de Transitividade e exercem a função de definir o contexto no qual uma ação acontece. São realizadas gramaticalmente por sintagmas adverbiais e sintagmas preposicionados e ocorrem livremente em todos os tipos de Processos. Halliday e Matthiessen (2004) relacionam alguns tipos de Circunstâncias, tais como: Expansão (Extensão – *andar [sete milhas]* – e Localização – *trabalhar [na cozinha]*), Modo (*Morgan [calmamente] observava a paisagem do topo de Rock Island*), Causa (*Assad morreu [de insuficiência cardíaca]*), Acompanhamento (*Eu estava viajando pela costa oeste da Flórida [com meu pai]*), Papel ([*Como socialistas*], *entendemos muito bem o impacto dos cortes de pessoal*) e Assunto (*Conte-me [sobre o Paris Review]*¹⁴).

A partir dessa breve explanação, é possível entrever que a ênfase do modelo sistêmico recai no estatuto representacional das orações. Nessa perspectiva semântica, a definição de transitividade com base em um único domínio, como o da transferência de ação, torna-se inviável. Por isso, Halliday (1985) propôs o conceito de Sistema de Transitividade, a fim de que a descrição gramatical pudesse explicar adequadamente as variáveis semânticas e formais dos diferentes tipos de orações. Todavia, a permanência da compreensão da estrutura da oração como produto de uma estrutura argumental é

¹² Os exemplos citados aqui são traduções livres de *The Lion caught the tourist, I believe you* (HALLIDAY, 1994, p. 109, 118), *Sarah is wise, Peter has a piano, Sarah is the leader* (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p. 216).

¹³ Tradução livre de *John said he was hungry* (HALLIDAY, 1994, p. 140).

¹⁴ Os exemplos mencionados aqui são traduções livres de *Morgan calmly surveyed the scenery from the top of Rock Island, Assad died of heart failure, I was traveling up the West coast of Florida with my father, As socialists, we understand all too well the impact of staffing cuts, Tell me about the Paris Review* (HALLIDAY; MATTHIESSEN: 2004, p. 268, 270, 273, 274 e 276).

verificável na Gramática Sistêmico-Funcional. Como efeito desse entendimento, o modelo sistêmico, como os demais modelos apresentados neste trabalho, operou a exclusão descritiva de uma parcela de fenômenos gramaticais, como é o caso, por exemplo, das expressões idiomáticas.

Considerações finais

O cotejo das três grandes concepções de transitividade discutidas neste artigo (PTG, formalista e funcionalista) nos revela um percurso epistemológico de abordagem do fenômeno que se inicia no domínio da palavra (gramática tradicional), é reinterpretado no nível do sintagma (Gramática de Valências e Funcionalismo norte-americano) e também é alçado ao nível de sistema linguístico responsável pela construção dos diferentes tipos de significados oracionais codificados por unidades léxico-gramaticais (Gramática Sistêmico-Funcional). Essa diversidade teórico-metodológica é fruto dos diferentes pontos de vista que são assumidos acerca da noção de Gramática.

No paradigma tradicional, o foco na normatização das categorias gramaticais, por meio do estabelecimento de regras categóricas, restringiu a transitividade a uma propriedade morfossintática de um único grupo de verbos, os lexicais (ou nocionais). Esses verbos, normalmente, são classificados indistintamente como ações, o que fundamenta uma definição de transitividade como transferência de ação. Com exceção do paradigma formalista, essa definição é recuperada pelas correntes funcionalistas, ora como categoria prototípica, escalar e gradiente (GIVÓN, 1984; HOPPER; THOMPSON, 1980), ora como um subsistema de construção oracional (dentre outros subsistemas léxico-gramaticais: o Mental, o Relacional, o Comportamental, o Verbal e o Existencial) responsável pela representação da experiência que os falantes têm no mundo material (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004).

Verificamos que a todas as perspectivas teóricas sobre o fenômeno da transitividade, em que pesem as várias divergências, subjaz o entendimento de que o verbo exerce papel central na oração, gerando relações de subordinação/seleção das configurações morfossintáticas e semânticas dos demais constituintes oracionais. Consideramos que a noção de estrutura argumental subjaz, explícita ou implicitamente, consciente ou inconscientemente, a todas essas abordagens. Esse princípio é resultado do refinamento da definição tradicional de verbo como núcleo da oração, realizado pelos linguistas formalistas, e foi assumido, muitas vezes tacitamente, como um axioma irrevogável para as descrições formalistas e funcionalistas dos fenômenos gramaticais.

Ainda que a eleição dessa ideia à condição de primitivo teórico tenha possibilitado o avanço na análise de diferentes fenômenos sintáticos, também teve como um de seus efeitos a marginalização de estruturas não passíveis de explicação por meio de regras de seleção e combinação. Em outras palavras, os constructos que não apresentavam uma estrutura argumental (como as orações formadas com verbos copulativos – ou, nos termos da GSF, as orações relacionais) ou foram descartados como idiosincrasias oriundas das necessidades contingenciais do uso linguístico ou foram considerados unidades do léxico, exteriores ao domínio gramatical. Por sua vez, o advento de perspectivas que deslocam o verbo de uma posição hierarquicamente superior para uma posição horizontal em relação aos demais constituintes da oração pode permitir que as unidades sejam descritas focalizando-se o papel que elas efetivamente exercem na oração.

Referências

- ABRAÇADO, J.; KENEDY, E. (orgs). **Transitividade traço a traço**. Rio de Janeiro: Editora da UFF, 2014.
- ARNOULD, A.; LANCELOT, C. **Grammaire générale et raisonnée**. Tradução de Bruno Fregni Basseto e Henrique Graciano Murachco. São Paulo: Martins Fontes, [1660]1992.
- BORBA, F. S. **Uma gramática de valências para o português**. São Paulo: Editora Ática, 1996.
- BORGES NETO, J. Gramática tradicional e linguística contemporânea: continuidade ou ruptura? **Todas as Letras**, v.14, n.1, São Paulo: Mackenzie, 2012.
- CANÇADO, M. **Manual de semântica: noções básicas e exercícios**. São Paulo: Contexto, 2013.
- CARREIRO, S. S. P; SOUZA, V. V. A transitividade verbal para além da tradição gramatical: uma abordagem funcional(ista). **Revista Philologus**, ano 26, n. 78. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2020.
- CHOMSKY, N. **Aspects of the Theory of Syntax**. Massachusetts: The MIT Press, 1965.
- CUNHA, C. F.; CINTRA, L. F. L. **Nova gramática do português contemporâneo**. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, [1985]2013.
- DIJK, T. A. **Discurso e poder**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2015.
- FERRARI, L. **Introdução à linguística cognitiva**. São Paulo: Contexto, 2011.
- FILLMORE, C. J. Em favor do caso. In: LOBATO, L. M. P. (org.). **A semântica na linguística moderna: o léxico**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves editora, 1977. p. 275-365.
- FURTADO DA CUNHA, M. A.; SOUZA, M. M. **Transitividade e seus contextos de uso**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.
- FURTADO DA CUNHA, M. A.; SILVA, J. R. Transitividade: do verbo à construção. **Revista Linguística**, v. 14, n. 1. Rio de Janeiro: 2018.
- FUZER, C.; CABRAL, S. R. S. **Introdução à gramática sistêmico-funcional em língua portuguesa**. Campinas: Mercado de Letras, 2014.
- GIVÓN, T. **Syntax – a functional typological introduction**. v. 1. Amsterdam: John Benjamins, 1984.
- GOLDBERG, A. **Constructions**. Chicago: University of Chicago Press, 1995.
- GOLDBERG, A. **Constructions at work: the nature of generalization in language**. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to functional grammar**. 2. ed. London: Edward Arnold, 1994.
- HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to functional grammar**. London: Edward Arnold Publishers, 1985.
- HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. **Halliday's introduction to functional grammar**. 4. Ed. Revised by Christian M. I. M. Matthiessen. London: Arnold, 2014.
- HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. **An introduction to functional grammar**. 3. ed. London: Arnold, 2004.
- HOPPER, P.; THOMPSON, S. Transitivity in grammar and discourse. **Language**. v. 56. n. 2. Washington DC: 1980. p. 251-299.
- IGNÁCIO, S. E. **Análise sintática em três dimensões: uma proposta pedagógica**. 2. ed. São Paulo: Editora Ribeirão Gráfica, 2003.
- KRISTEVA, J. **História da linguagem**. Lisboa: Edições 70, 1969.
- KURY, A. G. **Novas lições de análise sintática**. 9ª ed. São Paulo: Ática, [1985] 2001.

- LYONS, J. **Linguistic semantics: an introduction**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- LUFT, C. P. **Moderna gramática brasileira**. São Paulo: Globo, [1976] 2002.
- NEVES, M. H. M. **A vertente grega da gramática tradicional: uma visão do pensamento grego sobre a linguagem**. 2ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2005.
- ROCHA, L. H. P.; AMORIM, C. M. S. (orgs.). **(In)transitividade na perspectiva funcionalista da língua**. Vitória: EDUFES, 2008.
- ROCHA LIMA, C. H. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 52. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, [1972]2014.
- SILVEIRA, E. S. **Relevância em narrativas orais**. Tese de doutoramento. Rio de Janeiro: UFRJ, 1990.
- SWANDER, A.; SANTOS, C. S. A transitividade segundo a tradição gramatical e o funcionalismo. **Soletras**, ano IV, n. 7. São Gonçalo, UERJ, 2004.
- TESNIÈRE, L. **Éléments de syntaxe structurale**. 2. ed. Paris: Klincksieck, [1959]1965.
- THOMPSON, G. **Introducing functional grammar**. London: Edward Arnold, 1996.
- VIEIRA, F. E. **A gramática tradicional: história crítica**. São Paulo: Parábola, 2018.

Submetido em: 20 de março de 2023.

Aprovado em: 15 de junho de 2023.